



**REFLEXÕES CIENTÍFICAS NA  
PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA E DA  
ADMINISTRAÇÃO**

**2022**

CRISTHIANE RODRIGUES SOARES LEÃO  
PEDRO EMÍLIO AMADOR SALOMÃO  
**ORGANIZADOR**

NEILANDO ALVES PIMENTA  
**COLABORADOR**

**TEÓFILO OTONI – 2022**

**Copyright ©:** Autores diversos

**Projeto gráfico:** Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE)

**Diagramação:** Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE)

**Capa:** Núcleo de Investigação Científica e Extensão (NICE)

**ISBN: 978-65-84869-09-7**

LEÃO, C. R. S., SALOMÃO, P. E. A., PIMENTA, N. A. (Organizadores)

COLETÂNEAS CIENTÍFICAS 2022

TEÓFILO OTONI - ABRIL/2022

ISBN: 978-65-84869-09-7

1. PUBLICAÇÕES 2. CAPÍTULOS

**NICE 25**

**FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE TEÓFILO OTONI**

**DIREITOS PRESERVADOS** – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a citação dos autores. A violação dos direitos de autor (Lei Federal 9.610/1998) é crime previsto no art. 184 do Código Penal.

## SUMÁRIO

<b>COLETÂNEA DA PEDAGOGIA</b> .....	<b>5</b>
CAPÍTULO 1 - A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS INFANTIS NA PROMOÇÃO DA IMAGINAÇÃO, DO LÚDICO E DA LINGUAGEM .....	<b>5</b>
CAPÍTULO 2 - RINCAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO .....	<b>7</b>
CAPÍTULO 3 - PEDAGOGIA EMPRESARIAL E O EMPREENDEDORISMO .....	<b>9</b>
CAPÍTULO 4 - O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I: LEI FEDERAL 9.975/99 .....	<b>11</b>
CAPÍTULO 5 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROCESSO CULTURAL.....	<b>13</b>
CAPÍTULO 6 - TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: recurso de aprendizagem inovadora.....	<b>15</b>
CAPÍTULO 7 - EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDODOS: concepção e trajetória.....	<b>17</b>
CAPÍTULO 8 - PEDAGOGIA EMPRESARIAL .....	<b>19</b>
CAPÍTULO 9 - METODOLOGIA ATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	<b>21</b>
CAPÍTULO 10 - REFLEXÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO .....	<b>23</b>
CAPÍTULO 11 - CARREIRA DOCENTE: diferenças entre homens e mulheres .....	<b>25</b>
CAPÍTULO 12 - TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA .....	<b>27</b>
CAPÍTULO 13 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA REGULAMENTAÇÃO PARA O ENSINO .....	<b>29</b>
CAPÍTULO 14 - ENSINO RELIGIOSO: CONCEITOS E APLICAÇÃO .....	<b>31</b>
CAPÍTULO 15 - REFLEXÕES SOBRE MULTILETRAMENTO NA CONTEMPORANEIDADE .....	<b>33</b>
CAPÍTULO 16 - EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: o desafio da implantação .....	<b>35</b>
CAPÍTULO 17 - DESAFIOS DO ENSINO DA MATEMÁTICA .....	<b>37</b>
<b>COLETÂNEA DA ADMINISTRAÇÃO</b> .....	<b>39</b>
CAPÍTULO 18 - BENCHMARKING: ferramenta de vantagem competitiva .....	<b>39</b>
CAPÍTULO 19 - O PROCESSO SELETIVO NAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE .....	<b>41</b>
CAPÍTULO 20 - AS REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE INOVAÇÃO DAS MICROEMPRESAS DURANTE A PANDEMIA 2020 .....	<b>43</b>
CAPÍTULO 21 - PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO APORTE AO DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS .....	<b>45</b>
CAPÍTULO 22 - ENDOMARKETING COMO DIFERENCIAL DA GESTÃO .....	<b>47</b>
CAPÍTULO 23 - PARTICULARIDADES DA GESTÃO DE EMPRESA FAMILIAR .....	<b>49</b>
CAPÍTULO 24 - A CURVA ABC COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DE ESTOQUE .....	<b>51</b>

CAPÍTULO 25 - LOGÍSTICA REVERSA NA CONSTRUÇÃO CIVIL .....	<b>53</b>
CAPÍTULO 26 - AUDITORIA INTERNA NA GESTÃO HOSPITALAR.....	<b>55</b>
CAPÍTULO 27 - JOGOS DE EMPRESA NO PROCESSO MOTIVACIONAL .....	<b>57</b>
CAPÍTULO 28 - A INCLUSÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS.....	<b>59</b>
CAPÍTULO 29 - MATEMÁTICA FINANCEIRA NO PROCESSO EDUCACIONAL.....	<b>61</b>
CAPÍTULO 30 - AVALIAÇÃO QUALITATIVA NA PERCEPÇÃO DE PEDRO DEMO.....	<b>63</b>

## **COLETÂNEA DA PEDAGOGIA**

### **A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS INFANTIS NA PROMOÇÃO DA IMAGINAÇÃO, DO LÚDICO E DA LINGUAGEM**

**Elane Cristina Lopes Soares Pimenta**

**Suzana Marx Bamberg**

**Jaceline Mendes de Almeida**

**Rosinere Lago de Souza Araujo**

Este trabalho tem como objetivo descrever a importância da contação de histórias infantil na promoção da imaginação e do brincar na educação infantil. Observou-se que esta atividade é uma aula complementar que possibilita ao aluno se aprontar para a realidade. Sobre as ações do pedagogo, ele observou que a história infantil nos últimos anos tem vencido espaço na educação. Os contadores estão fascinados nos dias de hoje, entregando a magia da leitura, enriquecendo o vocabulário, inspirando a criatividade, a concentração e o ato de ouvir. Observa-se que por meio da contação de histórias, o conhecimento e a fantasia são implantados nas crianças de forma lúdica e alegre, transmitindo valores, incentivando a leitura, afastando-se cada vez mais dos futuros leitores, aproximando a linguagem formal e a construção do conhecimento de forma simples. Para maior relevância buscou aporte teórico em autores como Abramovich (1989), Almeida (1987), Vygotsky (2007) entre outros autores, onde reforçam a notabilidade da contação de história infantil no desenvolvimento da criança. Observa-se que por meio da contação de histórias, o conhecimento e a fantasia são implantados nas crianças de forma lúdica e alegre, transmitindo valores, incentivando a leitura, afastando-se cada vez mais dos futuros leitores, aproximando a linguagem formal e a construção do conhecimento de forma simples. Os indivíduos são diferentes uns dos outros, e em cada momento e em cada situação de sala de aula, torna-se o roteirista, escrevendo ou reescrevendo uma nova passagem a cada momento para formar cidadãos críticos que podem mudar o mundo. Conclui-se que ao valorizar a contação de histórias, fortalece a linguagem, a imaginação e principalmente o gosto pelo ato de ler.

## **REFERENCIAS**

ABRAMOVICH, Fanny. Literatura infantil: Gostosuras e bobices. São Paulo: Scipione, p. 13, 1989.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação Lúdica – técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Edições Loyola, 87 – 95, 1987

BRASIL. Referencial Curricular para a Educação Infantil, Brasília: MEC/SEF, 1998.

VYGOTSKY, L. S. apud BORBA, Ângela Meyer. O brincar como um modo de ser e estar no mundo. In: Brasil MEC/ SEB. Ensino fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade/ organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. p. 35.

## **BRINCAR E AS RELAÇÕES DE GÊNERO**

**Maicon Douglas Chaves Silva**

**Adenilson Mariotti Mattos**

**Rosineri Lago de Souza Araujo**

**Rinara Lopes Negreiros Kokudai**

Brinquedos e brincadeiras fazem parte do cotidiano escolar na educação infantil e aparecem nas rotinas escolares para essa faixa etária. Este trabalho objetiva discutir as práticas de educadoras sob o aspecto das relações de gênero. A metodologia utilizada foi a observação realizada dentro de uma instituição escolar de Educação Infantil da rede privada de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, Brasil. Como resultado, percebeu-se que na educação Infantil, o brinquedo está inserido em todos os espaços escolares, desde a etapa mais inicial ao berçário. Nos anos pré-escolares, há intervenção punitiva ou desvio para outra atividade. Para não perpetuar tabus e preconceitos sociais, fica clara a necessidade de professores em relação aos aspectos do desenvolvimento infantil, principalmente no que diz respeito à sexualidade e às relações de gênero. Além disso, investir na relação ternária entre educadores, grupos de crianças e instituições escolares também pode beneficiar o desenvolvimento global de nossas crianças. Foram pesquisados autores como Bleger (1980), Bougère (1998), Ribeiro (2005). Desta forma, a formação do pedagogo com base sólida e sem preconceitos em abordar os temas mais delicados se faz necessária e urgente neste contexto a fim de evitar a perpetuação de tabus e preconceitos.

### **REFERENCIAS**

- BLEGER, José. Temas de Psicologia: Entrevistas e Grupos. São Paulo: Martins Fontes, 1980.
- BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, T. (org) et.al. O brincar e suas teorias. 1. ed. São Paulo: Cengage Learning, 1998.
- GARTON, Stephen. História da Sexualidade: da Antiguidade à Revolução Sexual. Lisboa: Editorial Estampa, 2009.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In.: BORTOLOZZI, A. C.; MAIA, A. F. (Org). Sexualidade e infância. Bauru: FC/CECEMCA; Brasília: MEC/SEF, p.17-32. 2005.

## **PEDAGOGIA EMPRESARIAL E O EMPREENDEDORISMO**

**Elane Cristina Lopes Soares Pimenta**

**Arcilene Aparecida Rihs**

**Geise Cardoso de Matos**

**Rosinere Lago de Souza Araujo**

A pesquisa apresentada é uma discussão sobre o empreendedorismo e pedagogia empresarial, que têm avançado no campo da educação, principalmente por educadores, ao aderirem acriticamente a essas correntes pedagógicas. O objetivo é o de realizar uma análise dos fundamentos do empreendedorismo e a pedagogias empresarial, relacionando-as, principalmente no que diz respeito à formação dos colaboradores de organizações escolares. No que diz respeito ao empreendedorismo e à sua “pedagogia”, reforça o modelo capitalista de formação, baseado na flexibilidade de adaptação às circunstâncias em mudança, responsabilidade individual pela procura de oportunidades e iniciativa, correr riscos, exigir qualidade e eficiência, perseverança e empenho, procurar informação, definir metas, saber persuadir e ainda permanecer independente e confiante. Em suma, a ideia da pedagogia do empreendedorismo é moldar um indivíduo que seja totalmente responsável pelo seu “destino” no mundo do trabalho e em outras áreas da vida social. No que diz respeito à pedagogia empresarial, o resultado é a naturalização de empreendedores e empresas para se tornarem organizações sociais de excelência, bem como a naturalização do papel dos educadores nas organizações para moldar os funcionários de acordo com a imagem e filosofia da empresa. A metodologia adotada para o estudo foi a revisão bibliográfica tanto dos textos advindos das pedagogias empresarial e empreendedora como de autores que realizam a crítica ao projeto burguês de educação, como CÊA (2008), DOLABELA (2003), DRCKER (2005), GRECO (2005), LOPES (2011). Pode-se concluir que existe uma necessidade de uma crítica a pedagogia empresarial e a aplicabilidade do conceito de empreendedorismo, e por meio delas das formas ideológicas com que se concretiza, se mantém e se desenvolve a sociedade do capitalista, tendo como objetivo final a constituição das bases para uma teoria pedagógica realmente comprometida com a transformação social.

## REFERENCIAS

- CÊA, Georgea Sobreira dos Santos. *Empreendedorismo e Educação: Problematizando intentos e resultados*. Amped Sul, 2008.
- DOLABELA, Fernando. *Pedagogia empreendedora: O ensino de empreendedorismo na educação básica*. São Paulo: Editora de Cultura, 2003.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. *Inovação e Espírito Empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*; tradução de Carlos Malferrari. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.
- GRECO, Myrian Glória. *O pedagogo empresarial*. Pedagogia em foco. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: acesso em: 09 de março de 2022.
- LOPES, Izolda (org.). *Pedagogia Empresarial: formas e contexto de atuação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

## **O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I: LEI FEDERAL 9.975/99**

**Arcilene Aparecida Rihs**

**Rosinere Lago de Souza Araujo**

**Sandra Sofia de Figueiredo Coelho**

**Adenilson Mariotti Mattos**

A pesquisa fundamentou-se nas práticas dos professores do Ensino Fundamental I, e perceber como se dá as atividades pedagógicas em sala de aula sobre as temáticas relacionadas à Educação Ambiental com base na Lei Federal 9.795/99, que consolidou a Política Pública de Educação Ambiental no Brasil. A fundamentação teórica tomou como princípio a Lei Federal 9795/99, dentre outros o estudo de obras de teóricos como: Dias (2004), Fazenda (1991), Maia (2009), Loureiro (2005), bem como os Parâmetros Curriculares Nacionais, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental e a Base Nacional Comum Curricular. A Educação Ambiental tornou-se lei em 27 de abril de 1999 – Lei 9.795, Lei da Educação Ambiental –, constando em seu Art. 2º a afirmativa: "A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal". A Educação Ambiental tem papel importante na construção de conhecimento, consciência e cidadania a partir do momento que estabelece elementos que oportunizam a sensibilização da comunidade na defesa dos direitos de todos. Mesmo que a transformação de pensamentos e modos de agir pretendida pela Educação Ambiental seja um processo lento, é fundamental que ela aconteça para que a situação de caos do meio ambiente não caminhe para um colapso. Ao final da pesquisa pode se afirmar que o problema ambiental é de natureza cognitiva e ética, por isso faz-se necessário trabalhar tanto a construção de conhecimentos necessários, significantes para a realidade dos sujeitos, quanto a construção da capacidade de julgamento ético que implicará em uma ação moral, visando, assim, a mudanças de valores e atitudes. Daí a importância de uma intervenção pedagógica e orientação contínua, possibilitando modificações no conhecimento, na postura dos professores e no trabalho realizado em sala de aula e nas demais atividades na escola.

## REFERENCIAS

- DIAS, G. F. *Educação Ambiental: princípios e práticas*. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Interdisciplinaridade: um projeto em parceria*. São Paulo: Loyola, 1991. (Coleção Educar, v. 13).
- MAIA, J. C. Sena. *Curso Básico de Educação Ambiental*. Antonina: Oikos, 2009.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Apresenta informações gerais sobre meio ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- PEREIRA, Antônio Batista. *Aprendendo Ecologia através da educação ambiental*. Porto Alegre: Sagra-Dc Luzzato, 1993.
- LOUREIRO, C. F. B. *Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental*. Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1473-1494, 2005.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO PROCESSO CULTURAL**

**Rosineri Lago de Souza Araujo**

**Suzana Marx Bamberg**

**Maicon Douglas Chaves Silva**

**Sandra Sofia de Figueiredo Coelho**

As questões relacionadas ao meio ambiente há muito deixaram de ser relegadas e passaram a protagonizar as atenções a nível mundial. Levando em consideração o conceito de desenvolvimento sustentável, proposto durante a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, em Estocolmo, na Suécia, em 1972, onde ficou configurado que o desenvolvimento sustentável é aquele capaz de suprir as necessidades dos seres humanos da atualidade, sem comprometer a capacidade do planeta para atender as futuras gerações, pressupõe-se que os grandes personagens serão as gerações futuras. Esta geração futura, que hoje participa do ambiente escolar tão dinâmico e complexo por sua heterogeneidade socioeconômica e cultural vai merecer uma atenção especial pensando a educação ambiental como um processo cultural. Aos educadores, segundo Reigota (1998), caberá como primeiro passo para a educação ambiental a identificação das representações das pessoas envolvidas no processo educativo, tratando o estudo ambiental como um processo cultural que terá necessidade do envolvimento pleno, dos educadores, alunos e das famílias, como fator determinante no desenvolvimento e continuidade dos projetos escolares, já que para Hall (2003) compreende a cultura como um local de convergência. Além disso será necessário a construção de currículos que explorem a transversalidade e interdisciplinaridade extrapolando o contexto físico da escola com a criação de ações práticas, lúdicas e prazerosas que possam desencadear aproximação efetiva deste público nos projetos desenvolvidos gerando mudanças cognitivas e sociais, para indivíduos, grupos ou instituições. Com a construção desses projetos eco pedagógicos comunitários a partir da escola, propiciará a troca de saberes ambientais entre educadores e educandos, extrapolando o espaço escolar, criando atitudes permanentes, críticas e instigadoras de vivências sensíveis sobre a relação existente entre o aluno, a escola, a sociedade e a natureza. Santos e Jacobi (2011) afirmam que as práticas de educação ambiental significam mais que uma possibilidade educativa, mas a necessidade de compromisso

político para a construção de um lugar melhor para viver, já que as inter-relações entre ambiente e sociedade contribuem para a formação de alunos/cidadãos críticos e participativos, capazes de compreender o meio em que vivem e de propor alternativas para a melhoria da qualidade de vida.

### **REFERENCIAS**

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Liv Sovik (org). Belo Horizonte, Brasília: Ufmg, Unesco, 2003.

REIGOTA, M. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, V.; JACOBI, P. Formação de professores e cidadania: projetos escolares no estudo do ambiente. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37 n. 2, maio/ago.2011 Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script>

## **TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: recurso de aprendizagem inovadora**

**Adenilson Mariotti Mattos**

**Arcilene Aparecida Rihs**

**Geise Cardoso Mattos**

**Paula de Souza Starick**

Ao incorporar novas linguagens e seus modos de funcionamento no processo de ensino-aprendizagem, cabe à escola orientar e educar sobre o uso das tecnologias de maneira democrática para que o aluno adquira a consciência na cultura digital, promova a aprendizagem e a interação entre professores e estudantes e estabeleça pontes entre teoria e prática. Diante desse contexto, a presente pesquisa pretende entender se as tecnologias digitais de comunicação e informação – TDCI, ajudam no processo de ensino-aprendizagem. Para atender esse propósito utilizou-se da pesquisa em bibliografias pertinentes ao tema. Na educação, as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação são utilizadas como ferramentas a serviço das ações pedagógicas, possibilitando o desenvolvimento das mais diversificadas formas de ensinar e aprender por meio da informação. Contudo, atrelado ao seu modo de uso, pressupõe-se que a escola se torne responsável por contemplar, de forma crítica, as novas práticas de linguagem e produções por meio do seu uso qualificado e ético, necessário para o mundo do trabalho, para os estudos e para a vida em sociedade. De acordo com Moran (2013), as tecnologias digitais facilitam a pesquisa, a comunicação e a divulgação em rede, de forma que os docentes possam utilizar a internet como recurso de pesquisa para a realização de atividades discentes, para a comunicação com os alunos e dos alunos entre si. A tecnologia faz a diferença não pelos aplicativos, mas por estarem nas mãos de educadores, gestores e estudantes com uma mente aberta e criativa, capaz de desenhar atividades interessantes, gravar vídeos atraentes, comunicarem-se com os estudantes de forma acolhedora por meio de qualquer aplicativo, plataforma ou rede social ou pessoalmente. Enfim, por meio das tecnologias, a escola pode se transformar em conjunto de espaços ricos de aprendizagens significativas, presenciais e digitais, com o objetivo de motivar os alunos a aprender ativamente, a pesquisar o tempo todo, a serem proativos, a tomarem iniciativas e interagir.

## **REFERENCIAS**

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- MORAN, J. M. Ensino e aprendizagem inovadores com apoio das tecnologias. In: MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. Novas tecnologias e mediação pedagógica. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.
- ROJO, R. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, R. (org). Escol@ Conectada: os multiletramentos e as TICS. São Paulo: Parábola, 2013.

## **EDUCAÇÃO DE JOVENS, ADULTOS E IDOSOS: concepção e trajetória**

**Suzana Marx Bamberg**

**Arcilene Aparecida Rihs**

**Maicon Douglas Chaves Silva**

**Elane Cristina Lopes Soares Pimenta**

Nas últimas três décadas houve uma preocupação em entender como anda a escolaridade dos jovens, adultos e idosos. Nesse período, presencia-se o incremento da temática em estudos e pesquisas que alargam a concepção de escolarização de jovens e adultos como direito e ao longo da vida, em oposição a de ensino supletivo, que havia se estabelecido desde os anos de 1970. Nesse cenário, a proposta dessa pesquisa é descrever o conceito e legislação pertinente ao EJA, através da revisão da bibliografia. A Meta 12 do documento final da Confitea VI propõe que as “Políticas e medidas legislativas para a educação de adultos precisam ser abrangentes, inclusivas e integradas na perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, com base em abordagens setoriais e intersetoriais, abrangendo e articulando todos os componentes da aprendizagem e da educação” (UNESCO, 2010, p. 9). Em Minas Gerais, a Resolução SEE Nº 2.843, de 13 de janeiro de 2016 “dispõe sobre a organização e o funcionamento da Educação de Jovens e Adultos/EJA – cursos presenciais, nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais” (MINAS GERAIS, 2016) e nas escolas dos municípios que não se constituam sistemas próprios de educação. Com base no ensino comum, o documento propõe redução da escolarização básica para dois anos letivos no Ensino Fundamental e um ano e meio no Ensino Médio. A matriz prescrita deixa pouca margem à flexibilização do tempo e do espaço, tanto para o professor quanto para o aluno. A flexibilização “constitui-se como característica fundamental que deve orientar a definição, o planejamento e a sistematização dos projetos de trabalho” (SOARES; VENÂNCIO, 2007, p. 153). Ao final dos estudos percebe-se que a obrigatoriedade expressa na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 5.692/1971 fixou o direito à educação para a faixa etária dos 07 aos 14 anos de idade e não gera a obrigatoriedade da educação dos adultos. Dessa forma, parcelas de jovens e adultos da população deixaram de usufruir desse bem social.

## REFERENCIAS

- ANDRADE, Eliane R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. *In*: BARBOSA, Inês O.; PAIVA, Jane (org.). Educação de Jovens e Adultos. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 43-54.
- BRASIL. Governo Federal. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF: Governo Federal, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação de jovens e adultos: Resolução CNE/CEB Parecer 11/2000. Brasília, DF: MEC, 2000. Homologação publicada no Diário Oficial da União de 9/6/2000, Seção 1e, p. 15.
- MINAS GERAIS. Resolução SEE Nº 2.843, de 13 de janeiro de 2016. Dispõe sobre a Organização e o Funcionamento da Educação de Jovens e Adultos/EJA – cursos presenciais, nas escolas da rede pública estadual de Minas Gerais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Minas Gerais, 2016. Disponível em: <http://sindutemg.org.br/wp-content/uploads/2017/11/RESOLU%C3%87%C3%83O-SEE-N%C2%BA-2.843-DE-13-DE-JANEIRO-DE-2016.pdf> Acesso em: 10 março de 2022.
- SOARES, Leôncio; VENÂNCIO, Ana. Tensões, contradições e avanços: a educação de jovens e adultos em uma escola municipal de Belo Horizonte. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 29, p. 141-156, 2007. n. 29.
- UNESCO. Marco de ação de Belém. *In*: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS, 6., 2010. Brasília, DF: UNESCO/MEC, 2010. 25 p.

## **PEDAGOGIA EMPRESARIAL**

**Jaceline Mendes de Almeida**

**Sandra Sofia de Figueiredo Coelho**

**Elane Cristina Lopes Soares Pimenta**

**Geise Cardoso de Matos**

O presente artigo apresenta como as empresas podem oferecer educação e aprendizagem para alcançar os objetivos da própria organização e, ao mesmo tempo, os objetivos da formação do empregado como cidadão. Apresenta historicamente, que o ensino para o trabalho não é criação recente. Ao contrário, encontra raízes nas civilizações antigas. A metodologia utilizada foi a revisão da literatura, que pesquisou os autores BAYMA (2004), CHIAVENATO (2009), CUNHA (2005), DRUCKER (2002), FREIRA (1996), SENGE (2008). A história aponta relatos do ensinar para o trabalho, treinamento para aprender a fazer ou outras denominações equivalentes, já no Egito antigo, considerado o berço da civilização atual. Na Grécia, tida como origem da civilização ocidental e que traz aspectos da civilização egípcia e, em Roma, encontram-se registros mais abundantes do ensino para o trabalho dirigido às classes sociais dos trabalhadores, dos produtores, dos escravos.

O ensino para o trabalho continuou na mesma perspectiva na Idade Média e adentrou na Revolução Industrial, chegando até os anos mais recentes, então com a denominação de Treinamento e Desenvolvimento (T&D). Essa modalidade, T&D, ainda persiste nos dias atuais, direcionada ao desenvolvimento de habilidades para a execução de tarefas e procedimentos operacionais. E, em determinados segmentos de organizações, continua como “ferramenta” exclusiva de capacitação de pessoas. Porém, no século XX, principalmente a partir da segunda metade, organizações mais atentas às mudanças, aos avanços tecnológicos e às inovações, de forma geral, passaram a perceber a necessidade de uma educação mais abrangente. Ingressaram fortemente no ensino da construção do conhecimento, que faz a diferença; que é a alavanca para a expansão corporativa e de mercado. Para elas o conhecimento tornou-se o principal recurso econômico. O novo cenário econômico da informação, do conhecimento e dos avanços tecnológicos levou-as

a buscarem a implementação do ensino e da aprendizagem por inteiro. Isto é, o ensino ministrado com correção pedagógica, que estimule o indivíduo a aprender, a aprender a aprender, e a aprender continuamente, como ser integral, e que, além dos aspectos profissionais e da obtenção do melhor resultado econômico, leve em conta o homem como sujeito de si, como cidadão. Assim, e nessa compreensão do ensino e aprendizagem no ambiente organizacional, esse artigo defende a ideia de que, na organização empresarial, realiza-se de fato a aprendizagem voltada para os interesses da organização e, igualmente, para a formação do cidadão.

### **REFERENCIAS**

NBR 602 BAYMA, Fátima. *Educação corporativa: desenvolvendo e gerenciando competências*. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. *Treinamento e desenvolvimento de recursos humanos: como incrementar talentos na empresa*. Barueri: Manole, 2009.

CUNHA, Luiz A. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. 2. ed. São Paulo: Unesp; Brasília: Flacso, 2005.

DRUCKER, Peter F. *A administração na próxima sociedade*. Trad. de Nivaldo Montingelli Jr. São Paulo: Nobel, 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

## **METODOLOGIA ATIVA NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**Sandra Sofia de Figueiredo Coelho**

**Arcilene Aparecida Rihs**

**Maicon Douglas Chaves Silva**

**Adenilson Mariotti Mattos**

A utilização da metodologia ativa deve ser integrada no projeto curricular e a escola deve organizar as atividades onde o centro da aprendizagem fica no aluno e não somente no professor, fazendo da aprendizagem algo mais relevante e significativo para ele. Esse artigo tem como objetivo descrever o que é a metodologia ativa e sua aplicação no ensino básico. Como metodologia de pesquisa foi utilizada a revisão da literatura sobre o tema. Segundo Moran (2017), os processos de aprendizagens são múltiplos, contínuos, híbridos e informais, organizados e abertos, intencionais e não intencionais. Por este motivo, é necessário que a escola incorpore a aprendizagem ativa para auxiliar os alunos no desenvolvimento das competências cognitivas e socioemocionais por meio de uma flexibilidade educacional, buscando uma interação do aluno acerca do conhecimento. Entende-se que metodologia ativa consiste em aprender melhor por meio de práticas, atividades, jogos, projetos, combinando a colaboração (aprender juntos) e a personalização (incentivar e gerenciar percursos pessoais). Do ponto de vista curricular, na metodologia ativa, existe a necessidade de produzir um projeto como eixo integrador de valores, competências socioemocionais, cognitivas, de forma personalizada, para que o aluno perceba que o currículo faz parte dos seus interesses, responde a seus anseios e questionamentos e o ajuda a ampliar a sua visão de mundo. A organização escolar passa a ser mais centrada no aluno do que no professor, fazendo da aprendizagem algo mais relevante e significativo para ele. Após as reflexões acerca das metodologias de ensino ativa, percebemos que ela se relaciona com as práticas pedagógicas dos multiletramentos, utiliza como instrumento as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação. Em suma, cria situações de aprendizagem nas quais os aprendizes possam realizar coisas, pensar, conceituar o que fazem e construir conhecimento sobre o conteúdo envolvido nas atividades que realizam, além de aprenderem a interagir com os colegas, desenvolver a capacidade crítica e explorar atitudes e valores pessoais. Após pesquisas na bibliografia

sobre o tema, percebe-se que uma boa escola é caracterizada por ter professores que utilizam a mediação, a motivação e a criatividade ao planejar as suas aulas, que incentivem os estudantes a pesquisar e experimentar atividades que os desafiem e que estimulem a realização de projetos, para que exista uma interação entre os alunos, e, assim, os mais experientes possam auxiliar aqueles que possuem mais dificuldades.

### **REFERENCIAS**

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- MORAN, J. M. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L.; MORAN, J. (orgs.). Metodologias ativas para uma educação inovadora. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 2018.
- ROJO, R. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, R. (org). Escol@ Conectada: os multiletramentos e as TICS. São Paulo: Parábola, 2013.
- VALENTE, J. A. A sala de aula invertida e a possibilidade do ensino personalizado: uma experiência com a graduação em midialogia. In: BACICH, L.; MORAN, J. (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso Editora, 2018. p. 238.

## **REFLEXÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO**

**Suzana Marx Bamberg**

**Maicon Douglas Chaves Silva**

**Rosinere Lago de Souza Araujo**

**Sandra Sofia de Figueiredo Coelho**

O tema da alfabetização tem despertado grande interesse em diversas áreas do conhecimento, como a psicologia, a pedagogia e a linguística. Esse interesse se traduz na realização de inúmeras pesquisas, teses e artigos que, se, por um lado, podem ser tomados como indicadores das dificuldades pelas quais passa o processo de alfabetização, na tentativa de melhorá-lo, por outro, restringem-se à especificidade própria de cada uma dessas áreas de conhecimento. No contexto da alfabetização, a concepção de linguagem e de educação a serem utilizadas estão apoiadas em teóricos da linguística e no pedagogo Paulo Freire. Os subsídios, da área de psicologia, especificamente sobre a aquisição do conhecimento, tomam como referencial L.S. Vygotsky. Por meio das concepções de linguagem e educação, e das perspectivas cognitivas, buscadas na área da psicologia, tenta-se possível compreender a alfabetização na sua totalidade, numa tentativa de demonstrar como essas concepções se articulam na relação ensino-aprendizagem da linguagem escrita. Somente através da integração das áreas da educação, psicologia e linguística, pode-se entender a alfabetização, enquanto processo educativo, na sua totalidade. É preciso reconhecer a complexidade de sua natureza, evidenciada tanto na inter-relação e na articulação desses campos do conhecimento, quanto na recuperação de sua dimensão política, já que uma teoria coerente de alfabetização será possível se a articulação e a integração de suas várias facetas forem contextualizadas social e culturalmente e iluminadas por uma postura política que resgate seu verdadeiro significado. É claro que o aluno que se alfabetiza precisa reconhecer as letras, escrevê-las e uni-las. Porém, o que deve ser questionado é como são compreendidas essas atividades, se elas apenas visam o domínio gráfico, ou se pressupõem a escrita enquanto expressão da vida social das crianças. Nesta última perspectiva, a linguagem não pode ser entendida como um mero código, mas como um processo de interação verbal, que se manifesta na trama das relações sociais, expressando tanto o pertencer quanto o existir do falante. Nessa perspectiva, conclui-se

que a alfabetização, como processo educativo, deve favorecer o domínio e a internalização da linguagem escrita, concebendo-a como um saber social, historicamente construído.

### **REFERENCIAS**

BRASIL (1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BECKER SOARES, Magda. As Muitas Facetas da Alfabetização In: Cadernos de Pesquisa. no. 52. Fundação Carlos Chagas. 1981.

CORRÊA, Mônica de Souza. Criança, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

GHIRALDELLI Junior, Paulo. As lições de Paulo Freire. Barueri: Manole, 2012.

CAGLIARI, Luiz Carlos. Alfabetização e linguística. 11.ed. São Paulo: Scipione, 2010.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 42a. edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 2005.

## **CARREIRA DOCENTE: diferenças entre homens e mulheres**

**Jaceline Mendes de Almeida**

**Adenilson Mariotti Mattos**

**Elane Cristiana Lopes Soares Pimenta**

**Henrique Starick**

Este artigo analisa diferenças entre mulheres e homens na ocupação da carreira docente, área considerada feminina, mas cuja carreira demonstra diferenças de gênero. Para realizar tal análise, foram consultados dados quantitativos fornecidos pela secretaria estadual de educação de Minas Gerais, a respeito do perfil de ocupantes de cargos de docência. Estudos que se dedicaram a observar a carreira docente afirmam que, apesar de ser considerada uma profissão feminina, a carreira é de ascensão masculina. Na área da história da educação, Zeila Demartini e Fátima Antunes (1993) verificaram que, nas primeiras décadas do século XX, embora as mulheres já configurassem a maioria na docência na época, a maior parte delas continuava em sala de aula até o momento de sua aposentadoria. Ao mesmo tempo, os homens ascendiam rapidamente para cargos na gestão - com exceções relacionadas a diferenças na origem social. A ascensão, de maneira diferente para mulheres, era baseada em sua maior especialização ou proximidade do tempo de aposentadoria. No mesmo sentido, Mirian Warde e Ana Cristina Rocha (2018) afirmaram que nesse período tanto postos de comando como o desenvolvimento intelectual na área da educação permaneceram predominantemente masculinos: “as mulheres que ocuparam lugares de direção escolar ou de autoria foram, em regra, chanceladas por homens em um terreno configurado masculinamente” (WARDE; ROCHA, 2018, p. 38). A docência, embora seja uma área profissional considerada feminina, permanece uma carreira com privilégios masculinos. A partir de dados da rede pesquisada, observou-se que o maior percentual de homens ocupa exatamente os cargos mais altos na hierarquia, embora ao comparar em um mesmo cargo variáveis como a idade de ingresso no cargo atual, a faixa etária e a titulação, por sexo, não tenham sido encontradas diferenças significativas. A partir dos dados encontrados, identificou-se que os diretores ascenderam mais cedo para cargos na gestão escolar - seja pela idade mais jovem, seja pelo menor tempo de carreira enquanto docente - e contaram com incentivos diferenciados das mulheres. Enquanto as diretoras ascenderam principalmente por concurso público e a partir de uma iniciativa individual.

## REFERENCIAS

- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Estudo exploratório sobre o professor brasileiro com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007 Brasília: INEP, 2009.
- CORRÊA, Vanisse Simone Alves. Gestão escolar e gênero: o fenômeno do teto de vidro na educação. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.
- DEMARTINI, Zeila; ANTUNES, Fátima. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 86, p. 5-14, ago. 1993.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Sinopse Estatística da Educação Básica 2018 Brasília: Inep, 2019.
- WARDE, Mirian Jorge; ROCHA, Ana Cristina Santos Matos. Feminização do magistério e masculinização do comando educacional: estudos no Teachers College da Universidade de Columbia (1927-1935). Educar em Revista, Curitiba, v. 34, n. 70, p. 35-50, jul./ago. 2018.

## TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

**Arcilene Aparacida Rihs**

**Sandra Sofia de Figueiredo Coelho**

**Maicon Douglas Chaves Silva**

**Adenilson Mariotti Mattos**

A proposta dessa pesquisa é analisar a trajetória das políticas nacionais para a educação superior a distância (EaD) e refletir acerca dos desafios que seu crescimento vem colocando para assegurar a qualidade da educação. Trata-se de uma investigação documental e bibliográfica, sobre a oferta da educação superior a distância. A regulamentação da EaD em âmbito nacional consolida-se ante a aprovação da Lei Federal no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), iniciando um período de incentivo à implementação dessa modalidade. Em 2017, o Decreto Federal no.9.057, de 25 de maio, complementado pela Portaria Normativa no. 11, de 20 de junho de 2017, altera, significativamente, a regulamentação e normatização da EaD brasileira, favorecendo fortemente a expansão acelerada da educação superior a distância. Para Preti (2002, p. 25), “a EaD é, antes de tudo, Educação, é formação humana, é processo interativo de heteroeducação e autoeducação”. Segundo o autor, compreender a EaD pela distância é valorizar mais o adjetivo do que a formação do sujeito, destacando que ela não é *distante*, visto que a EaD não distancia os sujeitos, mas busca aproximá-los no mundo digital. E esse processo não ocorre somente pela inserção de novas tecnologias digitais, mas nas interações humanas, buscando o desenvolvimento de uma rede inclusiva e colaborativa que “é uma das formas de construir conhecimento, requerendo habilidades por parte do professor e do aluno” (SANTOS, 2004, p. 61). Percebe-se que o Brasil tem desafios consideráveis a serem enfrentados no que se refere a EaD, entre estes pode-se destacar a questão da qualidade da educação oferecida, incluindo nesta à prestação de serviço, o acesso e a permanência dos alunos na educação superior, a utilização das tecnologias digitais e a expansão da modalidade.

### REFERENCIAS

BRASIL. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. *Relatório da comissão especial de estudos sobre evasão nas universidades públicas brasileiras*. Brasília: ANDIFES/ABRUEM/SESu/MEC, 1996.

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acesso em: 19 mar. 2022.

PRETI, Oreste. *Fundamentos e políticas em educação a distância*. Curitiba: Ibpx, 2002.

SANTOS, Lílian Carmen Lima dos. Educação a distância na formação dos professores. In: MERCADO, Luís Paulo Leopoldo; KULLOK, Máisa Brandão Gomes (org.). *Formação de professores: política e profissionalização*. Alagoas: Edufal, 2004. p. 35-65.

SANTOS, Elaine Maria dos et al. *Evasão na Educação a Distância: identificando causas e propondo estratégias de prevenção*. Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância, São Paulo, p. 1-10, maio 2008.

VARGAS, Miramar Ramos Maia. Implantação de Programas de Educação a Distância. Material didático do curso de pós-graduação em educação a distância. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2007.

## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUA REGULAMENTAÇÃO PARA O ENSINO**

**Adenilson Mariotti Mattos**

**Rosinere Lago de Souza Araujo**

**Sandra Sofia de Figueiredo Coelho**

**Arcilene Aparecida Rihs**

O propósito dessa pesquisa é conhecer as principais definições sobre educação ambiental apresentada pelas instituições reguladoras, para compreender a sua implantação. O estudo se deu através de revisão da literatura pertinente ao tema. A Educação Ambiental tornou-se lei em 27 de abril de 1999 – Lei 9.795, Lei da Educação Ambiental –, constando em seu Art. A Educação Ambiental, para cumprir a sua finalidade, conforme definida na Constituição Federal, na Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental e em seu Decreto regulamentador (4.281/ 02), deve proporcionar as condições para o desenvolvimento das capacidades necessárias; para que grupos sociais, em diferentes contextos socioambientais do país, exerçam o controle social da gestão ambiental pública. Para o Ministério do Meio Ambiente, “Educação ambiental é um processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente – e resolver problemas ambientais presentes e futuros”. Segundo Sato (2003), a Educação Ambiental é um processo de reconhecimento de valores e clarificação de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. De acordo com a Unesco, Educação Ambiental é um processo permanente no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do meio ambiente em que vivem e adquirem conhecimentos, habilidades, experiências, valores e a determinação que os tornam capazes de agir, individual ou coletivamente, na busca de soluções para os problemas ambientais, presentes e futuros, Com isso, a Educação Ambiental surge para pontuar a necessidade de se implementar como uma alternativa, preparando a população para viver e desenvolver se em um mundo em harmonia com o meio ambiente.

### **REFERENCIAS**

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. *Dispõe sobre Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *A implantação da Educação Ambiental no Brasil*. Brasília: MEC, 1998.

BRASIL. *Ministério da Educação e do Meio Ambiente*. Programa Nacional de Educação Ambiental. ProNEA. Brasília, DF, 2003.

SATO, Michèle. *Educação Ambiental*. São Carlos: RIMA, 2003.

UNESCO, 1987. Congreso Internacional Unesco/Pnuma sobre la educacion y la formacion ambientales, Moscou. In: *Educação Ambiental, Situação Espanhola e Estratégia Internacional*. DGMA-MOPU, Madrid.

## **ENSINO RELIGIOSO: CONCEITOS E APLICAÇÃO**

**Suzana Marx Bamberg**

**Jaceline Mendes de Almeida**

**Rogéria Almeida**

**Bruno Ferreira Campos da Silva**

O estudo pretende construir um referencial teórico sobre o Ensino Religioso na educação básica e suas aplicações no século XXI. O componente curricular de Ensino Religioso, disciplina de oferta obrigatória para a Unidade Escolar e facultativa para o educando, segundo Lei nº. 9.475/1997, se apresenta neste contexto como uma das disciplinas que historicamente tem se ocupado com o estudo do ser humano e a dignidade planetária. A reforma educativa brasileira da década de oitenta abordava a diversidade cultural e religiosa presente nas escolas brasileiras e, em consequência, a necessidade de uma proposta de Ensino Religioso diferenciada integrando esse referencial. Estudos, pesquisas e reflexões desenvolvidas no ano de 1995 pelo Fórum Nacional Permanente de Ensino Religioso (FONAPER) culminam na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais de Ensino Religioso (PCNER) apresentando referenciais para um Ensino Religioso que, valorizando o pluralismo e a diversidade cultural presentes na sociedade brasileira, facilita a compreensão das formas que exprimem o Transcendente na superação da finitude humana e que determinam, subjacentemente, o processo histórico da humanidade, por isso não deve ser entendido como Ensino de uma Religião ou das Religiões na Escola, mas sim uma disciplina centrada na antropologia religiosa. Percebe-se a inexistência de cursos de formação de docentes para o ensino religioso regulamentados pelo MEC, o que o difere das demais disciplinas, tais como a Matemática, a História e a Geografia, entre outras. Além disso, poucos são os estados e municípios que realizam concursos públicos para a contratação de docente dessa área, ficando os professores sem segurança profissional. A nova redação do artigo 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 estabelece o Ensino Religioso na categoria disciplina, como parte integrante da formação do cidadão e faculta a habilitação de professores para que, e seu desenvolvimento, seja assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedada quaisquer formas de proselitismo. O ensino religioso não deve ser confundido com o ensino de uma determinada religião, e ou catequese, ou proselitismo, deve ser encarado como uma disciplina que contribua para a formação do ser humano integral. Ainda há um longo caminho para a ciência e a religião percorrer nas escolas e grandes desafios são

impostos nesse percurso. A religião sempre fez parte de uma experiência constitutiva do ser humano no mundo, em todos seus momentos históricos, ela pode promover comunhão, relacionamento e trocas de experiências entre os adeptos. Tal como a arte, a filosofia e a ciência, a religião é parte integrante e inseparável da cultura humana. Assim, falar de Religião e do fenômeno religioso em sala de aula, conforme preconiza a legislação do Ensino Religioso, é, sem dúvida, promover o resgate da própria história humana.

### REFERENCIAS

AFFONSO, Luciane M. ZimermanCanfield, Ráisa LammelMöbbs, Adriane da Silva MachadoSantos, Valter Borges dosSilva, Itala Daniela da. *Políticas educacionais e base nacional comum curricular de ensino religioso*. Porto Alegre: Grupo A, 2021. ISBN 9786556901435.

FERREIRA, Gabriel BonesiSantos, Valter Borges dosDionizio, Mayara JoyceRautmann, RobertSanchez, Sidney de MoraesCanfield, Ráisa LamelGreco Junior, Raul. *Epistemologia do fenômeno religioso*. Porto Alegre: SAGAH, 2021. ISBN 9786556901220.

CRUZ, Therezinha M.L.da. *Didática de ensino religioso: nas estradas da vida:um caminho a ser feito*. São Paulo: FTD, 1997. 119 p. il. (conteúdo & metodologia). ISBN 85-322-2602-7.

FERREIRA, Amauri Carlos. *Ensino Religioso nas fronteiras da ética*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. 63 p. (Coleção Subsídios Pedagógicos). ISBN 85-326-2549-5.

## REFLEXÕES SOBRE MULTILETRAMENTO NA CONTEMPORANEIDADE

**Elane Cristina Lopes Soares Pimenta**

**Suzana Marx Bamberg**

**Jaceline Mendes de Almeida**

**Rinara Lopes Negreiro Kokudai**

A pesquisa se baseou em uma revisão da literatura, com o objetivo de refletir sobre o multiletramento e sua importância no processo de aprendizagem dos alunos no que diz respeito a aprenderem com clareza o porquê será útil o que aprendem, para dentro da escola e para fora dela, em suas práticas sociais. A escola, ao realizar as atividades propostas pelo currículo acerca do multiletramento, necessita de novas ferramentas, além da escrita manual e impressa, como, por exemplo: áudio, vídeos, tratamento da imagem, edição e diagramação, além dos recursos necessários como laptop, projetor, som, internet, entre outros. Desta forma, o professor, ao ter como centralidade os textos, poderá fazer uso daqueles que contemplam o multiletramento e são caracterizados por terem uma linguagem que abrange uma grande diversidade cultural. Os textos que contemplam o multiletramento são considerados “interativos e colaborativos” ROJO (2012, p. 23). Ao refletir sobre o modo como utilizar esses textos atrelados às tecnologias dentro da sala de aula, primeiramente, faz-se necessário repensar como a escola deve orientar os alunos sobre a responsabilidade e o modo coerente de utilizá-las. Por outro lado, Lemke (2010, apud ROJO, 2012) remete à reflexão acerca de como as novas tecnologias da informação podem transformar nossos hábitos institucionais de ensinar e aprender, para que os professores possam, em vez de impedir/disciplinar o uso do internetês na internet (e fora dela), incentivar o aluno a investigar sobre o porquê e como esse modo de se expressar por escrito funciona. Para que, em vez de proibir o celular e outros aparelhos digitais em sala de aula, possa usá-lo a seu favor para a comunicação, a navegação, a pesquisa, a filmagem e a fotografia. A pesquisa permitiu concluir que o uso responsável dos recursos multimodais e multissemióticos deve ser prestigiado na sala de aula constantemente, já que os alunos necessitam aprender a refletir sobre o processo de curadoria de textos e discutir sobre aspectos relacionados à privacidade e respeito, buscar fontes seguras de informações sobre um fato apresentado na internet e, principalmente, adquirir uma postura crítica com relação ao que lhes é apresentado nas redes sociais.

## REFERENCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.
- ROJO, R.; BARBOSA, J. P. Hipermodernidade, multiletramentos e gêneros discursivos. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- ROJO, R. Gêneros discursivos do Círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, R. (org). Escol@ Conectada: os multiletramentos e as TICS. São Paulo: Parábola, 2013.
- GERALDI, J. W. Escrita, uso da escrita e avaliação. In: GERALDI, J. W. (org.). O texto na sala de aula: leitura e produção. 3. ed. Cascavel: Assoeste, 1984. p. 121-124.

## **EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: o desafio da implantação**

**Paula de Souza Starick**

**Henrique Starick**

**Rosinere Lago de Souza Araujo**

**Sandra Sofia de Figueiredo Coelho**

Nos últimos anos os meios de comunicação se tornaram mais complexos, levando a necessidade de novas tecnologias e modificando o cotidiano das pessoas. Esses avanços tecnológicos estenderam-se para a educação e com o aumento da procura por cursos superiores, foi necessária a necessidade de flexibilidade dos recursos oferecidos pelas instituições. A educação a distância é descrita por processos de ensino-aprendizagem, que utilizam diversas mídias como ferramentas para a transmissão do conhecimento. Esta modalidade de ensino a distância, através do acesso e uso da *internet*, proporcionou a realização de estudos, pesquisas e a formação intelectual da sociedade através de conhecimentos, sendo adquiridos em espaços e tempos diferentes de forma flexível. O ambiente virtual possibilita a comunicação entre professores e alunos, apresentando constantemente inúmeros desafios, sendo eles, a superação de desigualdades, capacitação profissional e tecnológica e desconfiança do mercado sobre essa modalidade de ensino. A Educação a distância enfrenta muitos desafios no seu desenvolvimento e aceitação da sociedade, enfrentando problemas na formação de seus professores e alunos. O EAD proporcionou desafios a professores que não utilizavam esta ferramenta de ensino, fazendo com que eles se especializassem e adotassem esse novo cenário de educação. Muitos professores ainda estão se adequando a esse padrão de ensino, que vem crescendo cada vez mais. Diante deste cenário, questiona-se a seguinte frase: Quais são os desafios e as melhorias para o ensino na modalidade a distância? O tema escolhido foi de suma importância para a vida acadêmica, pois através deste artigo concluímos que muitos são os desafios a serem enfrentados pelos alunos e professores no EAD, mas que através da obtenção de novos conhecimentos, novas habilidades, qualificação dos educadores e um ambiente equipado em cada universidade para que o professor e o aluno possam ter um acesso com mais qualidade ao ambiente virtual, os desafios com o decorrer do tempo serão minimizados e reduzirá os riscos de evasão dos alunos que estudam através do ensino a distância.

ALVES, C. Benefícios da aplicação da tecnologia na educação. Anhanguera Educacional. 2012.

CAPELETTI, A. M. ENSINO A DISTÂNCIA – Desafios Encontrados por Alunos do Ensino Superior. Revista Eletrônica Saberes da Educação, 2014.

CÓRDOBA, D.; LEITE, G. Educação a distância (EAD) e o Brasil Contemporâneo. Jornal Jurid, 2020.

PRATES, U.; MATOS, J. F. A Educação Matemática e a Educação a Distância: uma revisão sistemática da literatura. Bolema: Boletim de Educação Matemática, v. 34, n. 67, pp. 522-543, 2020.

SILVA, K. V. da S.; *et al.* Reflexões teóricas sobre perspectivas críticas na Educação a distância. São Cristóvão/SE: Revista EDAPECI, v. 17, n. 2, 2017.

## **DESAFIOS DO ENSINO DA MATEMÁTICA**

**Henrique Starick**

**Rosinere Lago de Souza Araujo**

**Bruno Ferreira Campos da Silva**

A educação matemática tem sido objeto de fascínio e estudo de muitos especialistas que buscam metodologias que melhorem o seu ensino-aprendizagem, tida ainda nos dias atuais como uma grande vilã, a matemática continua com uma grande rejeição por parte dos alunos, rejeição essa que começa nos primeiros anos da alfabetização e perpetua até a vida adulta. A pretensão desse estudo é entender os desafios do ensino da matemática, através da revisão da literatura. Diante da análise da bibliografia consultada, pode-se relatar que os desafios do ensino da matemática, assim emerge, professores de Matemática autoritários, muitos despreparados e, sobretudo apresentam um difícil temperamento nas relações interpessoais com os alunos as quais dificultam o processo de assimilação dos conteúdos pelos alunos. A falta de diálogo e interação junto aos educandos implica na valorização dos conteúdos. Os alunos não são vistos por alguns professores como seres humanos capazes de pensar e se relacionar com harmonia, mas sim, como depósito de conteúdos desvinculados da realidade do aluno. As dificuldades no processo de ensino-aprendizagem da Matemática na escola, sobretudo no Ensino Médio vêm aumentando aceleradamente uma vez que a família tem deixado de exercer sua contribuição no desenvolvimento da aprendizagem. Diante de tais evidências é preciso que a escola que aí está cumpra sua função transformadora e que a Matemática renasça com um novo olhar pedagógico no meio escolar configurando um novo sentido e facilitando o desenvolvimento do ensino-aprendizagem da Matemática. Diante de tantos problemas e dificuldades que configuram o ensino-aprendizagem da Matemática, é necessário que todos os educadores despertem o interesse para uma prática conjunta a partir de fatores que motive os alunos, a valorizarem o repertório dos conteúdos que são ensinados nas escolas. Enfim, a falta de precisão técnica e metodológica tem feito com que os problemas de aprendizagem sejam confundidos com as dificuldades normais do processo de desenvolvimento de aprendizagem dos alunos. Neste caso, um dos pontos que deve ser ressaltado neste estudo é a valorização da escola como um universo capaz de inteirar e promover as grandes mudanças significativas que tanto espera os estudantes. Assim as reais dificuldades discutidas neste estudo deixam de ser apontadas por incoerência do

professor, porém não são detectadas por estarem camufladas impedindo o raciocínio lógico do aluno. Portanto, a manifestações desses problemas de aprendizagem continuam existindo.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. Metodologia do ensino da Matemática. 2ed., São Paulo: Cortez, 1994.

BARRETO FILHO, Benigno; XAVIER DA SILVA, Cláudio. A matemática aula por aula. São Paulo: FTD, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. Didática. Ed. 19. São Paulo: Cortez, 1994.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem escolar. São Paulo, Cortez, 2001.

NETO, Ernesto Rosa. Didática da matemática. 11 ed. São Paulo: Ática, 2001.

# COLETÂNEA DA ADMINISTRAÇÃO

## BENCHMARKING: ferramenta de vantagem competitiva

**Roberta Almeida Eliote  
Geise Cardoso Matos  
Priscila Garcia Marques  
Rinara Lopes Negreiro Kokudai**

Este estudo tem como propósito identificar a importância de utilizar o benchmarking, considerando as melhores práticas, resultando assim em um diferencial competitivo. Com tal propósito, esse trabalho foi desenvolvido a partir da metodologia de abordagem qualitativa e bibliográfica. Para tanto, o estudo aponta na sua pesquisa: história e conceitos de marketing, conceitos de benchmarking, estratégias e vantagem competitiva do benchmarking. Segundo Cobra (1997, p.23), Marketing é “o processo na sociedade pelo qual a estrutura da demanda para bens econômicos e serviço é antecipado ou abrangido e satisfeita através da concepção, promoção, troca e distribuição física de bens e serviços”. Num tempo em que as dinâmicas das relações empresariais vão passando por novos processos de atualização e tomada de decisões, no entendimento de Maximiano (2004), benchmarking refere-se a técnica de comparação do desempenho de uma empresa com a de outra. A pesquisa trata em adaptar a ferramenta nos processos das organizações, podendo identificar os pontos positivos de uma empresa se comparando com a outra, criando assim uma ferramenta de vital importância para o mercado competitivo. Concluímos então, que o benchmarking dentro de uma organização é fonte de vantagem competitiva, pois alastra o conhecimento na empresa, estando relacionado diretamente ao processo de melhoria continua. Através dessa ferramenta, as organizações podem descobrir novas oportunidades de melhoria continua e estabelecer uma cultura de aprendizagem continua de novas práticas.

### REFERENCIAS

MAXIMIANO, A. C. A. Introdução à administração. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2004

COBRA, Marcos. Marketing básico: uma perspectiva brasileira. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1997. DIAS; Sérgio Roberto et al. Marketing: estratégia e valor. São Paulo: Saraiva, 2006. KOTLER, P. Administração de Marketing. 10. Ed. São Paulo: Prentice hall, 2000. LAS CASAS, A. L. Marketing: uma introdução. In: Marketing: Conceitos, Exercícios e Casos. São Paulo: Editora Atlas, 2001.

## **O PROCESSO SELETIVO NAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

**Cristhiane Rodrigues Soares Leão**  
**Edvaldo Silva Dutra**  
**Roberta Almeida Eliote**  
**Maicon Douglas Chaves Silva**

A gestão de pessoas é um conjunto de ações e ferramentas para conduzir a realização das atividades de forma eficiente e motivacional, respeitando as regras e vislumbrando a sustentabilidade da empresa, por isso ter colaboradores que atendam o perfil do cargo e anseios da empresa é fator primordial para o seu sucesso. Entende-se então, que o processo de agregar pessoas, com o uso das ferramentas do recrutamento e seleção, contribui com o sucesso da empresa ao selecionar o candidato mais adequado para o cargo. Realizar a gestão de pessoas é independente do tamanho da empresa, no entanto, percebe-se que as empresas de pequeno porte encontram dificuldades para execução do processo de agregar pessoas, pois as tarefas nem sempre são devidamente descritas e distribuídas. Diante desse cenário a proposta do artigo é apresentar as dificuldades encontradas pelas pequenas empresas para utilizar as ferramentas de recrutamento e seleção, tendo como metodologia da pesquisa a revisão da literatura sobre o tema central – processo de agregar pessoas. O recrutamento é utilizado para captar candidatos no mercado e que em seguida serão avaliados quanto às suas habilidades e competências através das técnicas de seleção, dentre elas as entrevistas, os testes e as simulações, etc. Nas empresas de pequeno porte as dificuldades determinantes para a execução do processo de agregar estão relacionadas ao estilo de gestão, uso da tecnologia, formação dos líderes e até a informalidade na descrição das tarefas. Além do processo seletivo facilitar a contratação de pessoal na organização, ele também contribui para a diminuição de gastos desnecessários que como consequência aumentariam consideravelmente os custos da empresa no processo de contratação. Percebe-se por fim, que independentemente do tamanho da empresa a gestão de pessoas reforça os valores e assertividade dos processos, mas que em especial o processo de agregar soma de forma acentuada na eficiência da empresa, pois já disponibiliza futuros colaboradores mais habilitados e competentes para executar as suas tarefas, transformando assim o seu saber em vantagem competitiva para a empresa.

### **REFERENCIAS**

ALMEIDA, W. Captação e seleção de talentos: repensando a teoria e a prática. São Paulo: Atlas, 2008,

CARVALHO, Iêda Maria Vecchioni; PASSOS, Antônio Eugênio V. Mariani; SARAIVA, Suzana Barros Corrêa. Recrutamento e Seleção por Competências. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

CHIAVENATO, Idalberto. Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa. 7 ed., Barueri, SP.: Manole, 2009.

MIOLA, A. et al. Gestão de talentos nas micro e pequenas empresas como ferramenta para potencializar rendimentos. 2007. Dracena: CESD – Dracena, p. 2. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/producao-academica/gestao-de-talentos-nas-micro-e-peque-nas-empresas-como-ferramenta-para-potencializar-rendimentos/1004/>. Acesso em 06 de novembro de 2022.

SILVA, M. A. C. et al. A gestão de talentos em pequenas empresas – um estudo de múltiplos casos. 2004, São Paulo: FIRB - Faculdades Integradas Rui Barbosa/ FCGD - Faculdades de Ciências Gerenciais de Dracena, 2004, p. 15. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/11semead/resultado/trabalhosPDF/897.pdf>. Acesso em 07 de novembro de 2022.

## **AS REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE INOVAÇÃO DAS MICROEMPRESAS DURANTE A PANDEMIA 2020**

**Fabio Lemes de Souza  
Priscila Garcia Marques  
Paula Starick de Souza  
Rinara Lopes Negreiro Kokudai**

A pesquisa tem como objetivo demonstrar a utilização das redes sociais como ferramenta de inovação das microempresas, explorando o advento da Internet como fator transformador nas estratégias para enfrentar os impactos econômicos da atualidade. A metodologia utilizada para a realização deste trabalho foi uma pesquisa de caráter exploratório, que através de uma revisão bibliográfica possibilitou com consulta a livros e artigos científicos, o embasamento necessário sobre o tema proposto. O alerta global determinado pela descoberta do novo coronavírus, fez com que os governos adotassem medidas restritivas e preventivas em todo o globo na tentativa de conter a disseminação. Tais medidas, apesar de extremamente necessárias para preservar a vida, evidenciaram um efeito de uma crise sem precedentes, destacando a fragilidade financeira de muitas pequenas empresas. Diante da realidade de uma quarentena, as vendas online tornaram-se uma necessidade, bem como os serviços de delivery. Em um contexto no qual nos foi vedado o contato físico, as redes sociais passaram a ser uma maneira primordial de comunicação das empresas com seus *stakeholders*. Investir no marketing digital nas redes sociais neste momento, proporcionou aos microempresários a possibilidade de definir seu futuro no mercado, pois a interação entre partes interfere e promove o processo de inovação tão necessário no fortalecimento das relações. Percebeu-se que o marketing digital possui a capacidade de modificar a relação com os consumidores, ampliando a competitividade das empresas através das redes sociais, que durante a pandemia passaram a representar mais eficaz canal de interação já inventado, onde milhões de pessoas têm um acesso irrestrito e facilitado. Investir no marketing digital nas redes sociais neste momento, proporcionou aos microempresários a possibilidade de definir seu futuro no mercado, pois a interação entre partes interfere e promove o processo de inovação tão necessário no fortalecimento das relações. Aliás, as empresas já têm a perfeita consciência das vantagens competitivas advindas do marketing realizado por elas nas redes sociais. Seus produtos e serviços são amplamente vistos e divulgados, proporcionado assim sua sobrevivência no mercado e a solidificação da sua marca.

## REFERENCIAS

- BARBIERI, José Carlos. Organizações Inovadoras: estudos e casos brasileiros. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- COMM, Joel. O poder do twitter: estratégias para dominar o seu mercado. Editora gente, 2009.
- LEMES, Luana Borges; GHISLENI, Taís Steffenello. Marketing Digital: uma estratégia de relacionamento de marca. Intercom, 2013. Disponível em: . Acesso março de 2022.
- MARINHO, Bruno. Whatsapp marketing: aprenda a gerar negócios utilizando o Whatsapp . Disponível em <http://www.marketingcombrunomarinho.com.br>. Acesso em 10 de fevereiro de 2022.
- SEBRAE NACIONAL; SEBRAE MG. O Impacto da pandemia de coronavírus nos Pequenos Negócios, 2nded. 2020.

## **PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA COMO APORTE AO DESENVOLVIMENTO DE MUNICÍPIOS**

**Wallace Gomes Moraes  
Edvaldo Silva Dutra  
Fabio Lemes de Sousa  
Thalles Silva Contão**

Em uma sociedade cada vez menos igualitária a conjuntura socioeconômica atual mostra que surgiram novas correntes teóricas da administração pública compreendidas em torno da gestão pública ou da reforma do Estado, têm-se questionado os paradigmas patrimonialista e burocrático e apresentado outras perspectivas colocando em questionamento o papel do Estado nessa sociedade cada vez menos igualitária. Quer-se com essa pesquisa entender a administração pública como instrumento para a atuação administrativa eficiente, impessoal e democrática que, utilizado no processo de desenvolvimento socioeconômico, tem papel preponderante na elaboração de políticas públicas para o acesso e proteção dos direitos fundamentais sociais a serem promovidos pela Administração Pública. A Administração Pública com efeito à função administrativa é instrumento de realização direta e imediata dos direitos fundamentais, por meio da execução das leis e prestação de serviços à população ou gerenciamento da máquina administrativa. As atividades administrativas estão presentes, portanto, em todos os Poderes do Estado. Medeiros (2013) complementa que servidores, terceirizadas contratadas e a ato de adquirir e administrar bens são atividades necessárias para o funcionamento de toda e qualquer instituição pública. No atendimento, serviços como saúde, educação, transporte, água e luz, o uso de bens públicos praças, ruas e a manutenção da convivência harmoniosa entre os cidadãos é fruto de uma polícia administrativa sobre os bens, direitos e atividades. Defende-se, portanto, que para que o Estado possa atuar na promoção do interesse público e, simultaneamente, lidar com problemas complexos como a escassez de recursos das mais diversas ordens, necessários a manutenção do bem-estar social, é obrigado a agir de modo racional e estratégico investindo, em especial, em planejamento para a promoção do desenvolvimento. Com esse trabalho, é possível visualizar que há muito a se avançar nos debates sobre a temática da gestão e desenvolvimento e suas interligações. Foi possível entender e estabelecer ideias sobre o processo de construção do conhecimento, das

tecnologias sociais desenvolvimento, e administração pública além de ressaltar o papel das dimensões sociais, e do desenvolvimento econômico.

### **REFERENCIAS**

ECCHI, Leonardo. Modelos Organizacionais e Reformas da Administração Pública. Revista de Administração Pública – RAP. Rio de Janeiro, 43 (2), Mar/Abr: 2009.

JUNQUILHO, G. S. Teorias da administração pública. Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB. 182p. Florianópolis.

MOREIRA, E. Desigualdade & caminhos para uma sociedade mais justa, 3ª ED Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

PALUDO, Augustinho. Administração Pública para Auditor Fiscal da Receita Federal e Auditor Fiscal do Trabalho. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2012.

## **ENDOMARKETING COMO DIFERENCIAL DA GESTÃO**

**Edvaldo Silva Dutra  
Priscila Garcia Marques  
Paula de Souza Starick  
Suzana Marx Bamberg**

O presente estudo tem como objetivo analisar a importância do uso do Endomarketing como ferramenta auxiliar para a valorização do capital humano dentro de uma organização, abordando seus conceitos e benefícios da execução de suas ações, através dos estudos e pesquisas bibliográficas que evidenciam que o uso do endomarketing é de fundamental relevância para o aprimoramento da cultura organizacional. A metodologia aplicada neste trabalho foi de abordagem qualitativa. Não é difícil de observar que a todo momento ocorrem mudanças externas e internas nas organizações. O endomarketing é uma estratégia mercadológica voltada para atender às necessidades do público interno, ele aparece a partir do bom desenvolvimento das empresas ligado a importância dada a cada colaborador. Segundo Bekin (2004) o endomarketing consiste nas ações de marketing voltadas ao público interno da empresa ou organização com a finalidade de promover entre os funcionários e departamentos os valores destinados a servir o cliente. E essa noção de cliente refere-se ao tratamento dado aos funcionários comprometidos de modo integral com os objetivos da empresa. Desse modo, o diferencial da empresa está relacionado ao grau de importância dado ao seu colaborador. As práticas do endomarketing irão contribuir para a proximidade do colaborador com a organização, fazendo com que seja compreendido como parte da empresa. Pois além de realizar e gerenciar os processos, são também clientes. E possuem habilidades e conhecimentos que são fundamentais na execução da melhor estratégia para atingir os objetivos e alavancar a empresa. Conclui-se então que, o endomarketing é uma estratégia que pode trazer um diferencial para a empresa e a satisfação das necessidades de seus colaboradores, através do uso dessa ferramenta, as práticas de gestão vão auxiliar na interação da organização e dos seus funcionários como um todo, para que os objetivos organizacionais sejam alcançados da melhor forma e com excelência, passando tanto para o cliente interno tanto o externo quais são os ideais e práticas da empresa.

### **REFERENCIAS**

BEKIN, S.F. Endomarketing: como praticá-lo com sucesso. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

BRAMBILLA, F. R. Abordagem conceitual de marketing interno. REAd, 43. Ed., Vol. 11, Nº 1, 2005.

CERQUEIRA, W. Endomarketing: educação e cultura para a qualidade. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2005.

GRÖNROOS, Christian. Marketing gerenciamento e serviços. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003. KOTLER, P. Administração de marketing: a edição do novo milênio. São Paulo: Prentice Hall, p. 10, 2000.

## **PARTICULARIDADES DA GESTÃO DE EMPRESA FAMILIAR**

**Roberta Almeida Eliote  
Geise Cardoso Matos  
Thalles Silva Contão  
Astrid Maciel Mota**

A empresa familiar é um modelo de gestão caracterizado por um ou mais membros de uma família que fundaram a empresa e a administram. Este estudo relata sobre os desafios enfrentados pela gestão de empresa familiar. Diante da abordagem, percebe-se que administrar uma empresa familiar torna-se uma tarefa desafiadora e que requer cuidados. Trata-se de um verdadeiro exercício de estabelecer limites entre os laços afetivos e a dinâmica dos relacionamentos. Portanto, é de suma importância manter o relacionamento saudável entre os membros da empresa criando regras onde os envolvidos compreendam o seu papel e respeitem as diferenças entre os familiares. O objetivo deste trabalho foi conhecer as particularidades e desafios que impactam o modelo de gestão que envolve as empresas familiares. Para o desenvolvimento deste trabalho, inicialmente foi realizado um levantamento teórico sobre as seguintes questões: empresa familiar, vantagens e desvantagens, processo sucessório, inovação e divergência entre gerações. Segundo (MARCEDO 2009, p.30) “ A complexidade da gestão de empresa familiar é muito maior que na não familiar, pois na primeira existe o envolvimento emocional dos membros da família que fazem parte da gerência, enquanto na outra as emoções não se misturam com relações familiares.” A gestão de empresas familiares é delicada, levando em conta sua administração particular muitas vezes sem o conhecimento científico necessário, porém com o domínio de muito tempo no negócio, trazem consigo obstáculos não enfrentados pelas empresas não familiares. De maneira geral, as empresas familiares em sua gestão enfrentam desafios que impactam no desenvolvimento da organização. Em uma empresa familiar, conciliar negócio e família é uma tarefa complexa que exige planejamento, organização e liderança, pilares importantes para alcançar o sucesso. A falta de valor para a governança corporativa é um fator que intensifica os conflitos e muitas vezes coloca em risco a sobrevivência das empresas familiares. Portanto, conclui-se que este estudo contribui para um melhor entendimento sobre a administração de empresa familiar e da resolução das questões que afetam tais empresas.

CASTALDELLO, Jaqueline Longhi. Como as empresas familiares tratam o processo sucessório: Um estudo de caso múltiplos em empresas da serra gaúcha. Porto Alegre: Buqui, 2012.

GILIOLI, Rosecler Masschio; ZANATTTO, Tatiane. Os Desafios da gestão em uma empresa familiar. 2017.

MACEDO, José Ferreira de. Sucessão na Empresa Familiar. São Paulo: Nobel, 2009.

PRADO; Roberta Nioac. Aspectos relevantes da empresa familiar e da família empresária: governança e planejamento patrimonial sucessório. 2.ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

## A CURVA ABC COMO FERRAMENTA NA GESTÃO DE ESTOQUE

Wallace Gomes Moraes  
Edvaldo Silva Dutra  
Adelmo Ferreira dos Santos  
Elane Cristina Lopes Soares Pimenta

O presente trabalho tem como objetivo mostrar a importância e a eficiência da curva ABC na gestão de estoque. O seu emprego é extremamente útil, uma vez que leva em conta o valor monetário dos itens e auxilia os administradores a controlar melhor suas atividades e avaliar com mais precisão a condição dos itens em estoque, contribuindo para os resultados positivos e desejados pela organização. Lembrando que nos dias atuais uma das áreas que mais se desenvolvem dentro das empresas é a gestão de estoque e o grande desafio dos administradores de materiais e recursos patrimoniais é manter as cadeias produtivas utilizando os melhores recursos. Este estudo foi realizado com o objetivo de verificar como a curva ABC pode estar ajudando o administrador de estoque a analisar as condições e necessidades dos estoques em relação aos itens que demandam maior consumo e valor financeiro. Chiavenato (2021) ressalta que "os estoques são um ativo circulante necessário para que a empresa possa produzir e vender com um mínimo de risco ou preocupações". Sendo assim os estoques também alcançam uma grande produção dos ativos da empresa, já que representam uma forma de investimento. Por isso, é importante que exista uma relação entre a gerência de estoque com o setor responsável da gestão financeira. Os itens são classificados como Classe A: de maior importância, valor ou quantidade, correspondendo a 20% do total; de Classe B: com importância, quantidade ou valor intermediário, correspondendo a 30% do total; de Classe C: de menor importância, valor ou quantidade, correspondendo a 50% do total. Portanto, foi possível notar que o sistema de análise de estoque ABC, ou mais conhecido como curva ABC de estoque, é um dos instrumentos que auxiliam os administradores de materiais a controlar melhor suas atividades e avaliar com mais precisão a condição dos itens em estoque.

Alves, Daniel. **Processo de movimentação de mercadorias**. São Paulo: Blucher, 2021.

Chiavenato, Idalberto. **Teoria geral da administração, v. 2**. Rio de Janeiro: Atlas, 2021.

Paoleschi, Bruno. **Almoxarifado e gestão de estoques**. São Paulo: Erica, 2019

Pires, Marcelo Ribas SimõesSilveira, Rodrigo Mércio. **Logística e gestão da cadeia de suprimentos**. Porto Alegre: SER - SAGAH, 2016.

## **LOGÍSTICA REVERSA NA CONSTRUÇÃO CIVIL**

**Wallace Gomes Moraes**  
**Fabio Lemes de Souza**  
**Adelmo Ferreira dos Santos**  
**Jaceline Mendes de Almeida**

Em um mundo cada vez mais preocupado com as questões ambientais, muitos profissionais utilizam tecnologias para a reutilização dos materiais que não apresentam mais utilidades principais e muitas vezes são descartados de forma irregular. Diante desse contexto, este estudo através de uma abordagem qualitativa, e com fins descritivos, tem como objetivo conhecer a funcionalidade da logística reversa bem como a sua aplicabilidade na construção civil, através da análise de funcionamento do descarte adequado de materiais e sua destinação final. A partir da segunda metade do século XX o desperdício de materiais na construção Civil começou a ser tratado com a devida importância, pois afeta questões econômicas, ambientais e sociais. Pensando nisso a área de logística reversa tem uma função fundamental para indicar soluções para esse problema. No âmbito Econômico a logística reversa contribui para o acréscimo no volume de negócios, redução de custos, diminuição de gastos com disposição de resíduos. Já no aspecto Ambiental auxilia na minimização de impactos dos resíduos de fabricação, economia dos recursos naturais, dentre outros. No social, pode-se gerar novas oportunidades de trabalho. Para Marcondes e Cardoso (2005), a consolidação da logística reversa é um processo progressivo e interdependente entre empresas fornecedoras e construtoras. A indústria deve ser o agente propulsor desta implementação. A aplicação da logística reversa na construção civil é pautada no conceito apresentado pela Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, no artigo 3, parágrafo 12 “logística reversa consiste em um instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada. (BRASIL, 2010). Através dos levantamentos de pesquisa verificou-se que na área da construção civil a logística reversa é importante para aplicação em seus processos, desde que seja devidamente gerenciada durante o ciclo de vida do produto, trazendo benefícios para a empresa, diminuindo assim os desperdícios e minimizando os custos da obra.

BRASIL. Lei Federal 12.305, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2010.

BULLER, L. S. Logística empresarial. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

CHRISTOPHER, M. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos: Criando redes que agregam valor. 2. ed. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

LEITE, P. R. Logística Reversa: Meio ambiente e competitividade. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

LIVA, P.B.G. et al. Logística Reversa. In: Gestão e Tecnologia Industrial. IETEC, 2003.

LUCHEZZI, C.; TERENCE, M. C. Logística Reversa Aplicada na Construção Civil. Revista Mackenzie de Engenharia e Computação.2013.

## **AUDITORIA INTERNA NA GESTÃO HOSPITALAR**

**Fabio Lemes de Souza  
Edvaldo Silva Dutra  
Adelmo Ferreira dos Santos  
Thalles Silva Contão**

Devido às crescentes mudanças organizacionais decorrentes de um processo de globalização, os hospitais sofreram uma profunda mudança estrutural, exigindo modelos de gestão que utilizem todas as ferramentas disponíveis para a tomada de decisão. Este trabalho tem o objetivo de demonstrar que a auditoria interna é uma importante ferramenta de assessoramento na gestão hospitalar, pois se trata de uma atividade de avaliação independente, que atua em parceria com a administração com a finalidade de avaliar a eficiência e eficácia dos produtos e serviços, identificando de possíveis problemas na organização para projetar ações corretivas. Utilizou-se como metodologia uma revisão bibliográfica. Brito e Ferreira (2008), afirmam que a complexidade dos hospitais revela-se nas funções e serviços muito diversificados, na divisão e uso do espaço físico, no componente humano a uma grande diversificação e carência de qualificação; nas exigências múltiplas de sua clientela, nas urgências das ações; na escassez de seus serviços, na natureza do serviço, na interligação e interdependências dos serviços, tarefas multifacetadas que exigem uma gestão com preparação integral, grande capacidade de liderança, aplicação da mais exigente lógica, bom senso, habilidade, iniciativa, autoridade, serenidade, sensatez e ética inquestionável. A auditoria tem como propósito apoiar o administrador na detecção de erros que sobrecarregam os custos, promovendo assim um serviço de qualidade verificando, observando e analisando como proporcionar mecanismos que melhorem o desenvolvimento de metas dentro de uma proposta que relacione custo/benefício e qualidade do atendimento em hospitais (SILVA; ESPÍRITO SANTO, 2013). Concluiu-se que a auditoria possibilita a instituição um monitoramento mais eficiente das informações de faturamento, bem como foi possível fornecer melhores condições de trabalho, criando ferramentas de controle que possibilitem reduzir as perdas de faturamento e ampliar o nível de informação para uma adequada gestão dos recursos financeiros do hospital, pois com um controle interno bem estruturado é possível permitir aos gestores, saber se os serviços de saúde estão sendo realizados conforme a missão da instituição, e qual a contra partida aos altos custos hospitalares, ou seja, se todo o atendimento está sendo faturado e recebido.

BRITO, F.M ; FERREIRA,N.L A Importância da Auditoria Interna Hospitalar na Gestão dos Custos Hospitalares. Graduação em Ciências Contábeis, 2006.

LEMOS, V. M. F.; ROCHA, M. H. P. A gestão das organizações hospitalares e suas complexidades. FIRJAN, 2011

JUND, Sergio. Auditoria - Conceitos. Normas. Técnicas e Procedimento. Rio de Janeiro: Impetus. 2001.

SILVA, Agneta Torres da; ESPÍRITO SANTO, Eniel do. A auditoria hospitalar como ferramenta para a excelência da gestão hospitalar. Revista Saúde e Desenvolvimento | vol.3 n.2 | jan/jun 2013.

VIDAL, Sergio. Auditoria de Processos. Niterói, RJ: Impetus, 2004.

## JOGOS DE EMPRESA NO PROCESSO MOTIVACIONAL

**Roberta Almeida Eliote  
Fabio Lemes de Souza  
Cristhiane Rodrigues Soares Leão  
Priscila Garcia Marques**

Um dos grandes desafios do ser humano é manter-se ou manter alguém motivado. Os jogos empresariais surgem como um facilitador para esse despertar motivacional, trazendo o conhecimento e aperfeiçoamento das habilidades. A motivação é um fator importante para que o aprendiz tenha resultados satisfatórios em sua aprendizagem e se sinta bem com seu desempenho, atento ao fato de que não há aprendizagem sem treinamento. O objetivo da pesquisa foi demonstrar como os jogos empresariais influenciam na motivação de um colaborador. Como método para elaboração do artigo foi utilizada uma revisão da literatura com abordagem qualitativa. De acordo com Santos (1999), a motivação gerada nos participantes, o descobrimento de certas habilidades ocultas e a auto realização que pode ser alcançada, permite considerá-los como uma valiosa ferramenta na aprendizagem e no treinamento na área de Administração de um modo geral. Os jogos desempenham a função de aperfeiçoar habilidades com a simulação do cotidiano, deixando o aprendiz mais próximo da realidade, estando apto a realizar as atividades esperadas dentro dos padrões da empresa, contribuindo assim, para o seu processo motivacional. Estas categorias de jogos [jogos de empresas em específico] associam o prazer lúdico não só à capacidade de raciocínio analítico, mas também à habilidade de tomada de decisão. Pessoas que têm por hábito jogar este tipo de jogo têm menos dificuldade em fazer análises racionais e em tomar decisões. Em nossa sociedade estas duas habilidades estão profundamente relacionadas. Ressalta-se que o colaborador bem treinado é capaz de se auto motivar e passar motivação aos demais colegas. Um jogo quando bem repassado e entendido é capaz de mudar a perspectiva do colaborador, fazendo-o entender a lógica do sistema e as habilidades necessárias para executar suas tarefas, proporcionando satisfação na realização das mesmas, conseqüentemente contribuindo no processo motivacional. Concluiu-se através da revisão da literatura que os jogos bem elaborados motivam o treinando, gerando aumento de produtividade e satisfação em aprender, pois é baseado na metodologia vivencial.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. *Motivação nas Organizações*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BERNARD, R. *Métodos de Jogos de Empresa/Simulação Gerencial*. In: MARION, J. C.; Marion, A. L. C. (2006). *Metodologias de Ensino na Área de Negócios*, São Paulo: Atlas.

CHIAVENATO, Idalberto. *Gerenciando pessoas: o passo decisivo para administração participativa*. São Paulo: Makron Brooks, 1992.

GRAMIGNA, Maria Rita Miranda, *Jogos de Empresa*, São Paulo, Makron Books, 1993.

SANTOS, S. M. P. *O Lúdico na formação do educador*. 4. ed. Petrópolis-RS: Vozes, 1999

VICENTE, Paulo. *Jogos de Empresa*. São Paulo: Makron, 2001.

## **A INCLUSÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA NAS EMPRESAS**

**Cristhiane Rodrigues Soares Leão  
Roberta Almeida Eliote  
Priscila Garcia Marques  
Paula Starick de Souza**

As preocupações em relação à inserção dos portadores de deficiências surgiram após findar as Guerras Mundiais e começou a fazer parte do contexto das empresas, pois o enfoque de Gestão de Pessoas baseia-se na evolução, preocupando-se com o crescimento e desenvolvimento das pessoas no sentido de atingir níveis mais altos de competência, criatividade e realização, uma vez que as pessoas são o recurso central em qualquer organização e sociedade. O objetivo dessa pesquisa é consultar a legislação pertinente ao tema, em especial a lei 8.213/91, e discutir os desafios na contratação de pessoas portadoras de deficiência, realizada através da pesquisa bibliográfica e análise documental, com uma abordagem qualitativa. Atualmente, o portador de deficiência física tem a legislação a seu favor no que tange ao seu ingresso nas empresas, entretanto, muitos paradigmas devem ser superados para que o portador de deficiência possa ter as suas habilidades realmente utilizadas no âmbito profissional e não apenas sendo contratado para preencher o que a lei impõe. Em 24 de julho de 1991, foi elaborada a Lei nº 8.213, que traz em seu escopo os direitos inerentes a esse grupo e os deveres do empregador para que, os portadores de deficiência tenham o direito a um trabalho digno e compatível com a sua capacidade. A pessoa com deficiência é aquela que apresenta diminuição ou perda da capacidade intelectual, motora, auditiva, visual, bem como apresente falha na adaptação as demandas na sociedade. Por fim, apesar dos direitos do portador de deficiência já estarem definidos, muitos são os problemas para que esses direitos sejam aplicados no cotidiano das empresas. A dificuldade em contratar passa da visão do que seja deficiência para a sociedade e chega às organizações através da imposição das cotas pelo governo. Os desafios para a inclusão desse grupo no mercado de trabalho formal envolvem esforço da empresa, de seus colaboradores e das próprias pessoas com deficiência. Esse movimento deve ser encarado como um processo que engloba profunda transformação cultural a partir da revisão de conceitos e paradigmas. Para que essa transformação aconteça é necessária à conscientização da alta liderança das empresas, assim como aos empregadores um maior entendimento sobre essa população, seu perfil, suas necessidades específicas, expectativas e percepção de sua realidade concreta.

BRASIL, Decreto nº 3.298 de 1999. *Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.*

BRASIL, PORTAL. *Número de trabalhadores com deficiência cresce no mercado.* Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/09/numero-de-trabalhadores-com-deficiencia-cresce-no-mercado>>. Acesso em: 07 mar. 2022.

CARDOSO, Vanessa Mendes. *Dificultadores e facilitadores no processo de inclusão da pessoa com deficiência no mercado formal de trabalho.* 2006.

FONSECA, Ricardo Tadeu Marques da. *O trabalho protegido do portador de deficiência,* 2000.

MELO NETO, Francisco P. *Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro.* Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MENDONÇA, Luiz Eduardo Amaral de. *Lei de Cotas com Deficiência a visão empresarial.* São Paulo, LTR, 2010.

## **MATEMÁTICA FINANCEIRA NO PROCESSO EDUCACIONAL**

**Edvaldo Silva Dutra**

**Adelmo Ferreira dos Santos**

**Arcilene Aparecida Rhis**

**Henrique Starick**

O estudo da Matemática Financeira é baseado em conceitos, relações e operações que possibilitam entendimento e manipulação de variáveis financeiras fazendo com que os cidadãos sejam capazes de tomar decisões fundamentadas tanto em nível pessoal, como familiar e da sociedade em geral. O objetivo dessa pesquisa é compreender o conceito da matemática financeira e suas aplicações no dia a dia na educação. De acordo com Souza (2010), ao realizarmos operações como compra e venda de produtos e serviços, aplicações e empréstimos bancários, pagamento de impostos, cálculo de prestações, entre outros, estamos lidando com elementos da Matemática Financeira. Através do estudo desta, as pessoas poderão calcular a taxa de juros de um empréstimo ou investimento, analisar as vantagens e desvantagens em relação a compras à vista ou a prazo, pesquisar financiamentos. A Matemática Financeira tem por objetivo o manuseio de fluxos de caixa visando suas transformações em outros fluxos equivalentes que permitam as suas comparações de maneira mais fácil e segura. A transformação desses fluxos de caixa só pode ser feita com a fixação dos juros, e pode-se ainda dizer que a existência da Matemática Financeira, com todas as suas fórmulas e fatores, se prende, exclusivamente, à existência dos mesmos. (Puccini, 1986, p. 2.) e simplificar operações financeiras. O modelo educacional utilizado atualmente nas escolas está defasado em relação às necessidades e anseios de uma sociedade que privilegia o ter em detrimento ao ser. Os conteúdos matemáticos que estão no currículo escolar parecem estar distantes da realidade de vida dos alunos e esses não conseguem vislumbrar utilidade na sua aprendizagem. Cabe aos professores o desafio de mudar essa impressão que os alunos têm sobre o currículo matemático e se oporem à tendência materialista que domina nossa sociedade. Essa tarefa precisa ser encarada e novas práticas devem ser pesquisadas, estudadas e introduzidas nas aulas, de forma a estimular a participação efetiva dos alunos como protagonistas no processo ensino-aprendizagem. Por fim, conclui-se que a educação tem o desafio de manter-se atualizada em uma sociedade com intensas e rápidas mudanças. Para isso é necessário que experiências educacionais bem-sucedidas sejam implantadas e compartilhadas.

ANDRADE, M. M.; Literacia estatística: um estudo teórico. In: Congresso de leitura do Brasil 17, Campinas: ALB, 2009.

CRESPINO, A. A. Matemática comercial e financeira fácil. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

PUCCHINI, A. de L. Matemática financeira objetiva e aplicada. 4. ed. São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

SOUZA, J. Matemática. São Paulo: FTD, 2010. (Coleção Novo Olhar).

## **AVALIAÇÃO QUALITATIVA NA PERCEPÇÃO DE PEDRO DEMO**

**Rogéria Almeida**

**Daniel de Azevedo Teixeira**

**Francisco Ivison Rodrigues Limeira**

**Roseane Luiz Aurélio**

O texto aqui apresentado é um estudo do tema avaliação qualitativa, com enfoque na percepção do autor Pedro Demo. O mesmo apresenta algumas discussões e considerações sobre avaliação a afirmar que seria ingênuo pensar que a avaliação é apenas um processo técnico. Ela é também uma questão política. Avaliação emancipadora, na falta de melhor expressão seria “concepção dialética da avaliação”. O autor distingue qualidade formal de qualidade política. Qualidade formal refere-se a instrumentos e métodos. Qualidade política refere-se a finalidades e conteúdos. Uma não é inferior à outra, simplesmente cada uma tem perspectiva própria. A qualidade é participação, avaliação qualitativa equivale a avaliação participante. A ciência se aloca na rota da qualidade formal. Por qualidade científica entendemos a perfeição metodológica, o domínio dos instrumentos teóricos e experimentais, o traquejo em técnicas de coleta e mensuração de dados. A ciência prefere o tratamento quantitativo porque ele é mais apto aos aperfeiçoamentos formais: a quantidade pode ser testada, verificada, experimentada, mensurada. Qualidade política é aquela que trata dos conteúdos da vida humana e sua perfeição é a arte de viver. Qualidade política somente tem o que é criado pelo homem, na sua história e em sua cultura. O centro da questão qualitativa é o fenômeno participativo. A arte qualitativa do homem é a sociedade desejável que ele é capaz de criar. Na qualidade não vale o maior, mas o melhor, não o extenso, mas o intenso; não o violento, mas o envolvente; não a pressão, mas a impregnação. Qualidade é de estilo cultural, mais que tecnológico; artístico, mais que produtivo; lúdico, mais que eficiente, sábio, mais que científico. No campo da educação encontramos dimensão semelhante. Boa educação não é questão de anos de estudos, de títulos formais, de livros digeridos, mas de qualidade humana, que um analfabeto pode muito bem ter. Esta é um produto, aquela um processo. Mais lento, porque profundo. Educar é arte, mais que ciência. O que está em jogo é a avaliação qualitativa e principalmente a qualidade política, ou seja, a arte da comunidade se autogerir, a criatividade cultural que demonstra em sua história e espera para o futuro, a capacidade de inventar seu espaço próprio, forjando sua auto definição, sua autodeterminação, sua autopromoção, dentro dos condicionamentos objetivos.

DEMO, Pedro. Avaliação qualitativa. Brasil, Cortez, 1987.